



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25053216/2022-SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

Processo nº 08200.002699/2022-11

1. OBJETO

1.1. Aquisição de alimento completo para cães (ração animal), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Será adotada a modalidade Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços, mediante licitação por itens, do tipo menor preço por item, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem do seu interesse, em função das peculiaridades da aquisição.

1.3. Além de atender a demanda da Polícia Federal (PF), como Órgão Gerenciador, o presente Instrumento visa também atender a demanda dos demais órgãos/entidades da administração pública, abaixo discriminados, que manifestaram interesse em participar do pretense Sistema de Registro de Preços, na forma de Órgãos Participantes, após o procedimento de Intenção de Registro de Preços nº 12/2022, conforme previsto no artigo 4º do Decreto nº 7.892/2013.

1.3.1. Batalhão da Polícia do Exército de Brasília (BPE/MEX/DF) – UASG 160060 – Itens aderidos: Itens 01 e 03 (atuais Itens 05 e 06).

1.3.2. Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (SR/PF/RJ) – UASG 200356 – Item aderido: 01 (atual Item 07).

1.3.3. Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) – UASG 200398 – Item aderido: 01 (atual Item 08).

1.3.4. Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) – UASG 200350 – Item aderido: 01 (atual Item 09).

1.3.5. Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES) – UASG 200352 – Itens aderidos: 01 (atual Item 10).

1.3.6. Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR (DPF/FIG/PR) – UASG 200366 – Itens aderidos: 01 e 03 (atuais Itens 11 e 12).

1.3.7. Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul – UASG 200372 – Item aderido: 01 (atual Item 13).

1.4. A licitação será dividida em 13 (treze) Itens, conforme especificações e quantidades discriminadas abaixo:

PLANILHA GERAL DE ESPECIFICAÇÕES E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS						
ÓRGÃO GERENCIADOR						
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL/ITEM
1	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria “Super Premium”, para cães adultos de grande	311067	kg	3.000	20,55	61.650,00

	porte, com peso entre 20 e 40 kg, com mais de 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com glucosamina e taurina, de acordo com as especificações definidas abaixo:																													
	<table><tr><td>Níveis de garantia</td><td>Quant.</td></tr><tr><td>Proteína Bruta (mín.)</td><td>26,00%</td></tr><tr><td>Extrato Etéreo (mín.)</td><td>14,00%</td></tr><tr><td>Matéria Mineral (máx.)</td><td>8,00%</td></tr><tr><td>Matéria Fibrosa (máx.)</td><td>4,00%</td></tr><tr><td>Umidade (máx.)</td><td>10,00%</td></tr><tr><td>Minerais</td><td>Quant.</td></tr><tr><td>Fósforo (mín.)</td><td>0,60%</td></tr><tr><td>Cálcio (mín.)</td><td>0,70%</td></tr><tr><td>Cálcio (máx.)</td><td>1,60%</td></tr><tr><td>Sódio (mín.)</td><td>0,20%</td></tr><tr><td>Potássio (mín.)</td><td>0,45%</td></tr></table>	Níveis de garantia	Quant.	Proteína Bruta (mín.)	26,00%	Extrato Etéreo (mín.)	14,00%	Matéria Mineral (máx.)	8,00%	Matéria Fibrosa (máx.)	4,00%	Umidade (máx.)	10,00%	Minerais	Quant.	Fósforo (mín.)	0,60%	Cálcio (mín.)	0,70%	Cálcio (máx.)	1,60%	Sódio (mín.)	0,20%	Potássio (mín.)	0,45%					
Níveis de garantia	Quant.																													
Proteína Bruta (mín.)	26,00%																													
Extrato Etéreo (mín.)	14,00%																													
Matéria Mineral (máx.)	8,00%																													
Matéria Fibrosa (máx.)	4,00%																													
Umidade (máx.)	10,00%																													
Minerais	Quant.																													
Fósforo (mín.)	0,60%																													
Cálcio (mín.)	0,70%																													
Cálcio (máx.)	1,60%																													
Sódio (mín.)	0,20%																													
Potássio (mín.)	0,45%																													
2	Idem ao Item 01 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%.	311067	kg	1.000	20,55	20.550,00																								
3	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria "Super Premium" para cães filhotes de grande porte, com até 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com ômega 3 e 6, de acordo com as especificações definidas abaixo:	311057	kg	3.750	23,29	87.337,50																								
	<table><tr><td>Níveis de garantia</td><td>Quant.</td></tr></table>	Níveis de garantia	Quant.																											
Níveis de garantia	Quant.																													

	Proteína bruta (mín.)	28,00%					
	Extrato etéreo (mín.)	14,00%					
	Matéria mineral (máx.)	7,50%					
	Matéria fibrosa (máx.)	3,00%					
	Umidade (máx.)	10,00%					
	Minerais	Quant.					
	Fósforo (mín.)	0,68%					
	Cálcio (mín.)	0,75%					
	Cálcio (máx.)	1,40%					
	Sódio (mín.)	0,20%					
	Potássio (mín.)	0,44%					
4	Idem ao Item 02 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%.		311057	kg	1.250	23,29	29.112,50

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL/ITEM
5	Idem Item 01 – com entrega no BPE/MEX/DF	311067	kg	3.840	20,55	78.912,00
6	Idem Item 03 – com entrega no BPE/MEX/DF	311057	kg	2.880	23,29	67.075,20
7	Idem Item 01 – com entrega na SR/PF/RJ	311067	kg	1.740	20,55	35.757,00
8	Idem Item 01 – com entrega na SR/PF/PE	311067	kg	800	20,55	16.440,00
9	Idem Item 01 – com entrega na SR/PF/MG	311067	kg	240	20,55	4.932,00
10	Idem Item 01 – com entrega na SR/PF/ES	311067	kg	660	20,55	13.563,00
11	Idem Item 01 – com entrega na DPF/FIG/PR	311067	kg	3.410	20,55	70.075,50

12	Idem Item 03 – com entrega na DPF/FIG/PR	311057	kg	1.000	23,29	23.290,00
13	Idem Item 01 – com entrega na SR/PF/RS	311067	kg	640	20,55	13.152,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 01						61.650,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 02						20.550,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 03						87.337,50
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 04						29.112,50
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 05						78.912,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 06						67.075,20
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 07						35.757,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 08						16.440,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 09						4.932,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 10						13.563,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 11						70.075,50
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 12						23.290,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 13						13.152,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO						521.846,70

1.5. Em função do valor total estimado para os Itens de 04 a 13 serem inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para estes itens.

1.6. Tendo em vista que o valor total estimado para os Itens 01 e 03 foram superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), foram criados os Itens 02 e 04 e estipulada a cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) da cota principal, para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

1.7. Na hipótese de não haver vencedor para as cotas reservadas (Itens 02 e 04), estas poderão ser adjudicadas ao vencedor das cotas principais (Itens 01 e 03) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, conforme o §3º, do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.9. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.10. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no procedimento licitatório, por tratar-se de compra de produtos de baixa complexidade técnica e de pequeno vulto e por entender-se que a vedação não restringirá a competitividade do certame.

1.11. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.12. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador.

ÓRGÃO GERENCIADOR							
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO PGC	CÓDIGO CATMAT	UNID. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANT. TOTAL
01	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria "Super Premium", para cães adultos de grande porte, com peso entre 20 e 40 kg, com mais de 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com glucosamina e taurina, de acordo com as especificações definidas neste instrumento.	1756	311067	kg	500	1.300	3.000
02	Idem ao Item 01 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%.	1756	311067	kg	200	1.000	1.000
03	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria "Super Premium" para cães filhotes de grande porte, com até 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com ômega 3 e 6, de acordo com as especificações definidas neste instrumento.	1755	311057	kg	500	1.700	3.750
04	Idem ao Item 03 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%.	1755	311057	kg	300	1.250	1.250

1.13. Além das especificações constantes Planilha constante do Item 1.4, os produtos a serem fornecidos deverão possuir as seguintes características:

1.13.1. ser de categoria “Super Premium”;

1.13.2. apresentar formulação fixa, sem eventuais substitutos;

1.13.3. não conter em sua composição: carne bovina e seus subprodutos, farinha de sangue, ossos ou penas, corantes, aromatizantes artificiais, soja ou quaisquer de seus subprodutos, excetuando-se a proteína hidrolisada de soja;

1.13.4. ser embalada em saco de polietileno opaco, com fotoprotetor, resistente e hermeticamente fechado, em conformidade com as Normas vigentes do MAPA;

1.13.5. conter impressa na embalagem, não sendo aceitos rótulos adesivos, a identificação e o número de registro do fabricante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a composição básica e os níveis de garantia do produto, a data de industrialização, o prazo de validade, o número de lote, bem como, demais exigências previstas na IN MAPA nº 30, de 05 de agosto de 2009;

1.13.6. apresentar peso líquido entre 10 a 20kg (dez a vinte quilos);

1.13.7. apresentar prazo de validade explícito na embalagem de, no mínimo, 12 (doze) meses, quando o fabricante não especificar prazo superior.

1.13.8. ser comercializado no mercado nacional há pelo menos 03 (três) anos.

1.14. As especificações acima estabelecidas não estão direcionadas a nenhum fornecedor ou marca específica, existindo no mercado vários produtos que atendem as exigências definidas neste instrumento.

1.15. As rações deverão ainda atender ao que segue:

1.15.1. estar em conformidade com as Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, relativas à fabricação e comercialização de alimentação animal, notadamente ao que se refere à alimentação canina.

1.15.2. estar em conformidade com o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, anexo ao Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, assim como, com as demais Normas Técnicas vigentes.

1.15.3. estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental na sua fabricação;

1.15.4. atentar para a redução de impacto ambiental no uso de materiais e peças na fabricação da ração, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que a fabricação do produto:

1.15.4.1. utiliza, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

1.15.4.2. prioriza, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para fabricação do objeto.

1.15.4.3. utiliza materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.16. Os fornecedores deverão apresentar o que segue:

1.16.1. registro da unidade fabril no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, conforme previsto em suas Normas Técnicas vigentes, de acordo com o Art. 6º do Decreto nº 6.296/2007 e com as Instruções Normativas do MAPA nº 4/2007, nº 15/2009 e nº 17/2020.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, conforme consta do item 5.3 do ETP nº 22/2022, SEI 22945178, em conformidade com as hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, transcritos abaixo:

“I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

*II – quando **for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou regime de tarefa;”*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no item 1.15.4 como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da emissão e conhecimento da Nota de Empenho por parte da contratada, em remessa parcelada, no seguinte endereço:

6.2. Órgão Gerenciador:

6.2.1. Serviço de Canil Central da Polícia Federal, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 07, Lote 23 – Brasília/DF – CEP 70610-902, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (61) 2024 9220 / 9218.

6.3. Órgãos Participantes:

6.3.1. BPE/MEX/DF - Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, localizado na Av. Duque de Caxias, s/n, Setor Militar Urbano, Brasília/DF, CEP 70630-100, no horário das 08:30h às 11:30h ou 13:30h às 16:00h, de segunda a quinta-feira e das 08:00 às 11:30h na sexta-feira – Telefone: (61) 3415 7114 / 7176.

6.3.2. SR/PF/RJ - Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, localizada Av. Rodrigues Alves, nº 01, Saúde - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-250, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (21) 2203 4500.

6.3.3. SR/PF/PE - Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco, localizada Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP 51240-340, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (81) 2137 4080 / 4039.

6.3.4. SR/PF/MG - Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, localizada na Rua Nascimento Gurgel, nº 30, Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP 30430-340, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (31) 3330 5223.

6.3.5. SR/PF/ES - Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, localizada na Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato, Vila Velha-ES, CEP 29114-670, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (27) 3041 8000 / 8032 / 8033 / 8030.

6.3.6. DPF/FIG/PR - Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, localizada na Av. Paraná, nº 3471, Jd. Itamarati, Foz do Iguaçu/PR, CEP 85863-720, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (45) 3576-5549.

6.3.7. SR/PF/RS - Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, localizada na Avenida Paraná, nº 975, Bairro São Geraldo, Porto Alegre/RS, CEP 90240-600, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira – Telefone: (51) 3235 9363 ou (51) 99999 6928.

6.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.5. A qualquer tempo, caso entenda necessário, a Área de Veterinária do SECAN poderá exigir, a apresentação de exame Bromatológico realizado em laboratório oficial de referência, indicado pela Administração, às expensas da futura contratada, visando à comprovação dos níveis nutricionais do produto entregue, de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, bem como, da proposta da contratada, limitando-se ao máximo de 02 (dois) exames ao longo da execução da Ata.

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dias) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (dias) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6 / 100.)}{365}$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
------------	------------------------------	--

13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Não há necessidade de tal exigência em razão de tratar-se de fornecimento de bens de consumo de pequeno valor, com critérios de aceitação do objeto predefinidos.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

15.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. **Multa:**

15.2.2.1. Moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

15.2.2.2. Compensatória de 0,4 % (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.3.1.1.1. No mínimo 01 (uma) Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica comprovando o fornecimento do objeto com quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total do item.

16.3.2. Prova de atendimento aos requisitos estipulados no item 1.15., previstos no Art. 6º do Decreto nº 6.296/2007 e na Resolução nº 683 do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor Global da Contratação: **521.846,70 (quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e setenta centavos)**

16.4.2. Valores unitários: conforme Planilha Geral de Composição de Preços constante do item 1.4.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação encontra-se discriminado na Planilha Estimativa de Custo abaixo, em conformidade com as informações apresentadas pelos Órgãos Participantes, não sendo admitidas propostas com valores unitários superiores aos constantes da referida Planilha.

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO				
ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
COAD - UASG 200334 (GERENCIADOR)				
1	kg	3.000	20,55	61.650,00
2	kg	1.000	20,55	20.550,00
3	kg	3.750	23,29	87.337,50
4	kg	1.250	23,29	29.112,50
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				198.650,00
BPE/MEX/DF - UASG 160060 (PARTICIPANTE)				
5	kg	3.840	20,55	78.912,00
6	kg	2.880	23,29	67.075,20
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				145.987,20
SR/PF/RJ - UASG 200356 (PARTICIPANTE)				
7	kg	1.740	20,55	35.757,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				35.757,00
SR/PF/PE - UASG 200398 (PARTICIPANTE)				
8	kg	800	20,55	16.440,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				16.440,00
SR/PF/MG - UASG 200350 (PARTICIPANTE)				
9	kg	240	20,55	4.932,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				4.932,00
SR/PF/ES - UASG 200352 (PARTICIPANTE)				
10	kg	660	20,55	13.563,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				13.563,00
DPF/PF/FIG - UASG 200366 (PARTICIPANTE)				
11	kg	3.410	20,55	70.075,50
12	kg	1.000	23,29	23.290,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO				93.365,50
SR/PF/RS - UASG 200372 (PARTICIPANTE)				
13	kg	640	20,55	13.152,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO	13.152,00
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO	521.846,70

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

MARCELO AZEM

Chefe do SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AZEM, Chefe de Serviço**, em 20/09/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25053216** e o código CRC **E03F07FD**.

Referência: Processo nº 08200.002699/2022-11

SEI nº 25053216